

O acordo de redução da dívida mexicana com bancos sob duas ópticas

por Getulio Bittencourt

de Nova York

Tudo que se pode saber sobre o acordo do México com os bancos comerciais está dissecado em dois estudos divulgados sexta-feira, um pelo economista-chefe do departamento mexicano do Banco Mundial (BIRD), Sweder Van Wijnbergen, e outro pelo diretor de pesquisas da IBCA Inc., empresa inglesa especializada em análise de bancos, Mark Gross.

O ângulo de ambos não poderia ser mais oposto. "Este é certamente o erro mais caro da história dos bancos", resume o estudo da IBCA, que prevê uma perda de US\$ 15 bilhões de parte dos bancos comerciais. "O acordo tem sido muito criticado na imprensa", rebate Wijnbergen. "Contudo, uma análise cuidadosa do programa econômico e seus requerimentos financeiros sugere que o acordo atende às exigências mínimas do México", assegura.

Na realidade, ambos podem estar dizendo a mesma coisa. Do ponto de vista dos números, concluem os dois estudos, o acordo favorece o México mais do que se imaginava no primeiro momento. "O acordo proposto reconhece a redução de capacidade de pagamento da dívida pelos países menos desenvolvidos", nota Mark Gross, "mas ele pode criar mais problemas do que consegue solucionar".

A lógica da empresa inglesa é simples. "Embora o México possa estar justamente alegre com seu pacote de redução da dívida", diz o estudo, "sua natureza unilateral, onde apenas os bancos emprestadores saem perdendo, significa que a probabilidade de dinheiro novo dos bancos comerciais ficou muito reduzida".

O especialista em México do BIRD, porém, considera que a estimativa inicial, de que 60% dos bancos escolheriam a opção pela redução dos juros, 20% a de redução do principal, e 20% entrariam com dinheiro novo, "talvez seja muito otimista". Wijnbergen entende de que a opção pelo dinheiro novo pode ser escolhida por até 40% dos bancos. Este ponto é crucial, porque pelo menos um vice-presidente de um grande banco credor disse a este jornal que poderia ser bem menor, 10%.

A estimativa de Mark Gross é muito menor que a do BIRD baseada no raciocínio que fazem os banqueiros: "é difícil explicar por que faz sentido emprestar dinheiro novo a um país quando o dólar de sua dívida anterior claramente não vale 100 centavos".

A análise da IBCA Inc. observa que o acordo mexicano, de qualquer modo, é sobretudo político. Para a empresa inglesa, "em termos políticos, você provê ajuda onde ela lhe trará

mais benefícios; a seleção do México claramente reflete as prioridades políticas dos Estados Unidos. Os bancos norte-americanos podem sentir que eles terão que acompanhar as prioridades do governo dos EUA, mas é uma questão aberta se essas prioridades serão bem recebidas na Europa e no Japão".

No mesmo sentido desse estudo britânico, um banqueiro francês dizia recentemente ao semanário "Le Nouvel Observateur", ironicamente, que o verdadeiro nome do Plano Brady é "Plano México". As razões supostamente técnicas dos norte-americanos são as mesmas mencionadas pelo economista do BIRD. Desde a crise de 1982, o México fez dramáticas mudanças que fizeram de sua economia "uma das mais abertas do mundo", afirma Wijnbergen.

Das três opções previstas no acordo mexicano (veja matéria abaixo), a análise da IBCA Inc. considera que a melhor para os bancos é a segunda, que prevê a troca dos títulos antigos por novos, com garantia do cupom zero do Tesouro dos Estados Unidos, e desconto de 35% no valor nominal. "As margens serão um pouco reduzidas, mas a perda será distribuída ao longo dos trinta anos", nota a empresa inglesa.

Para o México, porém, "a redução da dívida é importante porque é o modo mais certo de reduzir as transferências líquidas a longo prazo; no entanto, o compromisso com dinheiro novo, se for seguro é estendido por longo prazo no futuro, pode servir igualmente bem", relaciona Wijnbergen, do BIRD.

PROVISÕES

O estudo da IBCA analisa também a questão das reservas dos bancos norte-americanos contra empréstimos a países menos desenvolvidos, hoje em geral representando apenas a metade das reservas dos bancos europeus. "Os bancos dos EUA citam vários fatores para sua relutância em aumentar as reservas", informa Mark Gross. "Isso enviaria um sinal errado para os países devedores; 25% de reservas é um nível adequado; aumentá-las seria apenas uma medida contábil; isso penalizaria o ratio do capital; não há incentivos fiscais nos EUA; e a proporção de reservas deveria ser calculada de outra forma", excluindo, por exemplo, as linhas de curto prazo para exportações.

A despeito desses argumentos dos banqueiros, a IBCA continua a acreditar que "vários bancos dos EUA continuam com reservas baixas para seus empréstimos aos países menos desenvolvidos" (veja a tabela 2). Os números indicam que o banco mais afetado pelos empréstimos ao Terceiro Mundo é de longe Manufacturers Hanover.